



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO de 2016

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destques

• Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 168,0 milhões, correspondente a R\$ 0,12 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 12,10%.

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 24,87%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

• Obtenção do Cancelamento de Registro como "Swap Dealer"

Conforme aprovado na Reunião de Diretoria realizada em 15 de julho de 2016, o Banco solicitou o cancelamento de registro como Swap Dealer perante a U.S. Commodities Futures Trading Commission ("CFTC") nos Estados Unidos, nos termos do Commodity Exchange Act, Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act e legislação e regulação aplicáveis, uma vez que as atividades que motivaram o registro, realizado originalmente em 29 de agosto de 2014, deixaram de ser praticadas pelo Banco. Como resultado, o registro do Banco como Swap Dealer foi cancelado em 14 de agosto de 2016.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que em 31 de março de 2016 foi instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"). Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Dessa forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 2.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Crédito, Operacional, de Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o

desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido. A Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental foi publicada no dia 30 de julho de 2015 e pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2016.

Ouidoria

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis na página do Banco na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouidoria Goldman Sachs Brasil:

0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com.
Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h
São Paulo, 10 de março de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2016	2015
Circulante	6.752.798	9.617.991
Disponibilidades	3.835	3.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	1.823.449	1.398.803
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	1.801.003	1.298.855
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	22.446	99.948
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.562.176	6.189.274
Carteira própria (nota 8)	975.472	1.495.913
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	147.857	501.729
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	1.154.256	1.422.971
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.284.591	2.768.661
Outros créditos	362.651	2.025.203
Carteira de câmbio (nota 11)	49.775	15.425
Rendas a receber	-	64.269
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	244.528	1.867.251
Diversos (nota 12 (a))	68.348	78.258
Outros valores e bens	687	1.021
Despesas antecipadas	687	1.021
Realizável a longo prazo	1.465.779	3.175.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	104.481	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	-	104.481
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.436.004	3.024.854
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.436.004	3.024.854
Outros créditos	29.775	46.269
Diversos (nota 12 (a))	134.469	46.269
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12 (b))	(104.694)	-
Permanente	222.638	210.728
Investimentos (nota 13 (a))	192.077	174.962
Participação em controlada no país	192.077	174.962
Imobilizado de uso (nota 13 (b))	30.561	35.766
Outras imobilizações de uso	71.533	76.998
(-) Depreciações acumuladas	(40.972)	(40.332)
Total do Ativo	8.441.215	13.004.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	4.976.264	8.206.137
Depósitos (nota 14)	42.696	23.447
Depósitos interfinanceiros	35.089	-
Depósitos a prazo	7.607	23.447
Captações no mercado aberto (nota 15)	535.768	1.232.939
Carteira própria	144.971	501.062
Carteira livre movimentação	390.797	731.877
Obrigações por empréstimos (nota 16)	1.668.159	1.138.166
Empréstimos no exterior	1.668.159	1.138.166
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.316.378	5.107.640
Instrumentos financeiros derivativos	2.316.378	5.107.640
Outras obrigações	413.263	703.945
Carteira de câmbio (nota 11)	49.949	15.484
Sociais e estatutárias (nota 18 (a))	59.500	59.500
Fiscais e previdenciárias (nota 18 (b))	122.379	111.162
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	71.225	375.825
Diversas (nota 18 (c))	110.210	141.974
Exigível a longo prazo	2.076.837	3.499.284
Depósitos (nota 14)	217.107	315.141
Depósitos interfinanceiros	174.117	175.374
Depósitos a prazo	42.990	139.767
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.816.514	3.128.727
Instrumentos financeiros derivativos	1.816.514	3.128.727
Outras obrigações	43.216	55.416
Diversas (nota 18 (c))	43.216	55.416
Patrimônio líquido	1.388.114	1.298.902
Capital social (nota 20 (a))	1.383.596	1.383.596
De domiciliados no exterior	1.383.596	1.383.596
Reservas de capital (nota 20 (c))	5.652	14.436
Prejuízos acumulados	(1.134)	(99.130)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	8.441.215	13.004.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2º Semestre	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	343.372	798.617	702.306
Operações de crédito (nota 10 (a))	-	-	9.758
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	330.322	757.063	628.866
Resultado de operações de câmbio	13.050	41.554	63.682
Despesas da intermediação financeira	(276.273)	(606.988)	(370.512)
Operações de captação no mercado aberto	(70.283)	(190.536)	(217.691)
Operações de empréstimos e repasses	(56.418)	(134.673)	(364.759)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(149.572)	(446.431)	218.798
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 10 (a))	-	-	(7.574)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 10 e 12 (b))	-	(104.694)	714
Resultado bruto da intermediação financeira	67.099	191.629	331.794
Outras receitas (despesas) operacionais	8.543	41.006	4.669
Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c))	136.486	314.290	401.215
Despesas de pessoal (nota 23 (d))	(94.191)	(191.437)	(235.403)
Outras despesas administrativas (nota 23 (e))	(35.315)	(76.268)	(116.366)
Despesas tributárias (nota 23 (f))	(20.042)	(38.311)	(43.786)
Resultado de participação em controlada (nota 13 (a))	16.167	17.115	778
Outras receitas operacionais (nota 23 (g))	6.810	51.908	51.567
Outras despesas operacionais (nota 23 (h))	(1.372)	(36.291)	(53.336)
Resultado operacional	75.642	232.635	336.463
Resultado não operacional (nota 23 (i))	2.383	6.900	5.215
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.025	239.535	341.678
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	9.488	(67.188)	(91.593)
Provisão para imposto de renda	(22.515)	(36.072)	(15.934)
Provisão para contribuição social	(18.503)	(29.066)	(9.872)
Passivo fiscal diferido	50.506	(2.505)	(65.787)
Participações estatutárias no lucro	(2.083)	(4.351)	(4.255)
Lucro líquido do semestre/exercício	85.430	167.996	245.830
Lucro líquido por ação (em reais)	0,06	0,12	0,18
Juros sobre o capital próprio	(70.000)	(70.000)	(70.000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.383.596	7.747	(274.960)	1.116.383
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	6.689	-	6.689
Lucro líquido do exercício	-	-	245.830	245.830
Juros sobre o capital próprio (nota 20 (b))	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.383.596	14.436	(99.130)	1.298.902
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	(8.784)	-	(8.784)
Lucro líquido do exercício	-	-	167.996	167.996
Juros sobre o capital próprio (nota 20 (b))	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	(1.134)	1.388.114
Saldos em 30 de junho de 2016	1.383.596	31.529	(16.564)	1.398.561
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	(25.877)	-	(25.877)
Lucro líquido do semestre	-	-	85.430	85.430
Juros sobre o capital próprio (nota 20 (b))	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	(1.134)	1.388.114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	23.974	296.073	288.777
Lucro líquido do semestre/exercício	85.430	167.996	245.830
Ajustes ao lucro líquido	(61.456)	128.077	42.947
Resultado de participação em controlada	(16.167)	(17.115)	(778)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(577)	26.417	(50.816)
Depreciação e amortização	3.580	7.549	20.305
Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	104.694	(714)
Participações no lucro	2.083	4.351	4.255
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(50.506)	2.050	65.787
Baixa no valor contábil do imobilizado de uso e diferido	131	131	4.908
Variações de ativos e obrigações	(135.269)	(166.449)	(790.085)
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(79.230)	45.264	(1.102.559)
(Aumento)redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(53.919)	(887.527)	917.131
Redução em operações de crédito	-	-	142.833
Redução/(aumento) em outros créditos	2.167.241	1.574.352	(1.748.702)
Redução/(aumento) em outros valores e bens	57	334	(312)
Aumento/(redução) em depósitos	10.905	(72.193)	(109.836)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	70.103	(586.933)	1.020.425
(Redução)aumento em outras obrigações	(2.309.564)	(283.834)	61.734
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.353)	(34.233)	(63.259)
Juros recebidos	133.774	209.570	215.929
Juros pagos	(58.284)	(131.248)	(123.469)
Caixa originado (utilizado) nas atividades operacionais	(111.295)	129.624	(501.308)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.225)	(2.590)	(183)
Baixa de imobilizado	-	116	-
Caixa (originado) utilizado nas atividades de investimento	(1.225)	(2.474)	(183)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação em obrigações por empréstimos	358.872	544.411	135.774
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(70.000)	-
Caixa originado nas atividades de financiamento	358.872	474.411	135.774
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	246.352	601.561	(365.717)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	331.905	3.690	318.591
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	577	(26.417)	50.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	578.834	578.834	3.690
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	246.352	601.561	(365.717)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

• Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

• Ativo diferido

O CMN, através da Resolução nº 4.534/16 e Carta-Circular nº 3.791/16, vedou o registro de ativo diferido a partir da data de 1º de dezembro de 2016. Os saldos contabilizados no ativo diferido foram reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza a que se referiam, ou baixados, na forma da regulamentação em vigor. Em 2015, estava representado pelos gastos pré-operacionais e de mudança da sede social do Banco, registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

(j) Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Não há *impairment* a ser reconhecido sobre ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

1) Contexto Operacional

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio. O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais na final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados. Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

Em dezembro de 2009 o Banco iniciou atividade de gestão de grandes fortunas (Private Wealth Management - "PWM"). Em junho de 2015, o Banco comunicou sua decisão de reorientar a atividade de PWM no Brasil, passando a focar no negócio de investimento global, descontinuando a atividade de gestão de fundos e carteiras locais. Em 10 de março de 2017



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

(k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas. Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda, e 20% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido a partir de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro, se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente (nota 19), os quais somente serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e forem atendidos todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal é constituída utilizando-se a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável entre o período de 01 de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015. A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada de acordo com os procedimentos introduzidos pela Instrução Normativa nº 1.591, de 05 de novembro de 2015, editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(m) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

(n) Reclassificação das cifras comparativas

A partir do exercício de 2016, o Banco reclassificou a totalidade do diferido para imobilizado de uso, de acordo com a legislação vigente aplicável, dessa forma os saldos do diferido no montante de R\$ 26.205 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para fins de comparação, também foram reclassificadas. A respectiva reclassificação não teve impactos no total de Ativo, Patrimônio Líquido ou Lucro líquido do Banco.

4) Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há duas principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

• As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

• Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsoadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional. A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

Em 31 de dezembro de 2016, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 3.835 (2015 - R\$ 3.690), e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 574.999 (2015 - zero) (Nota 7 (a)).

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 3.835 (2015 - R\$ 3.690), e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 574.999 (2015 - zero) (Nota 7 (a)).

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2016, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 1.801.003 (2015 - R\$ 1.298.855) e compostas conforme abaixo demonstrado.

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2016, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 22.446 (2015 - R\$ 204.429). Em 2016 e 2015, as aplicações tinham vencimento até 09 de janeiro de 2017 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação".

Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

(b) Composição do valor nominal por contraparte

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

(e) Resultado com derivativos

(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, o Banco cedeu o montante de R\$ 141.301, referente à operação de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos, com "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecendo em sua totalidade registrada no ativo. Os valores recebidos na operação foram registrados no ativo tendo como contrapartida a rubrica "Outras Obrigações - Diversas" até a data de sua liquidação, referente à obrigação assumida e às receitas e despesas apropriadas de forma segregada no resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2016		2015		
					Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	
Títulos para negociação (1)									
Carteira própria	77.577	35.570	441.219	421.106	975.472	1.495.913			
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	147.857	147.857	501.729			
Vinculados a prestação de garantias - BM&FBOVESPA (2)	-	1.122	602.323	550.811	1.154.256	1.407.467			
Vinculados a prestação de garantia - Outros	-	-	-	-	-	15.504			
Total	77.577	36.692	1.043.542	1.119.774	2.277.585	3.420.613			

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos BM&FBOVESPA.

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da BM&FBOVESPA, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge global*).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria BM&FBOVESPA.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	2016 Valor nominal	2015 Valor nominal
Operações de swap	1.579.719	(1.859.005)	121.237.100	118.360.354
CDI x Euro	448.528	-	1.950.514	1.950.514
CDI x Fundo de índice	-	-	-	64.978
CDI x Índice de ação	-	-	-	10.934
CDI x IPCA	-	(6.742)	469.845	-
CDI x Libor	4.281	(97.476)	746.182	1.072.661
CDI x Pré	211.061	(435.993)	70.335.117	56.455.962
CDI x USD	37.922	(287.791)	3.862.522	7.536.104
Função de índice x Pré	-	(448.150)	1.950.514	1.950.514
Índice de ação x CDI	-	-	-	42.189
Libor x CDI	-	(4.303)	409.216	409.216
Libor x USD	1.354	(2.161)	694.728	1.280.167
Ouro x Outros	-	-	-	6.350
Outros x Ouro	-	-	-	6.350
Pré x Fundo de índice	-	-	-	42.197
Pré x CDI	562.331	(2.788)	29.195.527	40.149.800
Pré x Libor	-	-	-	90.400
Pré x USD	-	(20.640)	74.136	357.808
USD x CDI	202.285	(363.622)	5.641.636	5.377.533
USD x Libor	894	(474)	508.302	904.575
USD EMTA x USD Pré	110.972	(188.774)	5.369.483	576.234
Outros x Outros	91	(91)	29.378	-
Opções de ações	8.019	(8.056)	217.580	132.450
Compra de opção de compra	7.829	-	54.395	31.109
Venda de opção de compra	-	(7.866)	54.395	31.159
Compra de opção de venda	190	-	54.395	35.091
Venda de opção de venda	-	(190)	54.395	35.091
Opções de moeda	-	-	-	61.893.258
Compra de opção de compra	-	-	-	15.768.729
Venda de opção de compra	-	-	-	15.929.529
Compra de opção de venda	-	-	-	13.977.400
Venda de opção de venda	-	-	-	15.617.600

NDF (Non-Deliverable Forward) de Moedas

Posição comprada 136.102 (170.568) 7.989.990 26.321.136

Posição vendida 15.762 (170.566) 5.193.375 14.315.011

Outros derivativos 120.340 (2) 2.796.615 12.006.125

Operações com futuros

Posição comprada 117 (98.539) 1.225.087 2.850.639

Posição vendida 4 (113) 76.709 1.421.935

Posição vendida 113 (98.426) 1.148.378 1.428.704

Operações com futuros

Posição comprada 30.294 (19.061) 51.712.092 43.356.827

Cupom cambial - DDI - (17.577) 46.794.833 31.283.805

DI de 1 dia - (174) 44.916.429 16.905.792

Dólar - (176) 44.916.429 16.905.792



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
 CNPJ 04.332.281/0001-30

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

Em 31 de dezembro de 2015, a despesa auferida é de R\$ 7.574 e foi registrada na rubrica "Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A operação de cessão de crédito realizada em setembro de 2014 foi liquidada em 19 de junho de 2015.

11 Carteira de Câmbio

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2016	2015
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	9.002	8.932
Direitos sobre vendas de câmbio	40.773	6.493
Total	49.775	15.425
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	40.896	6.537
Obrigações por compra de câmbio	9.053	8.947
Total	49.949	15.484

12 Outros Créditos

a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2016	2015
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito (1)	104.694	-
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a))	66.427	74.474
Impostos e contribuições a compensar	29.775	46.269
Outros	1.921	3.784
Total	202.817	124.527

(1) "Títulos e créditos a receber" refere-se a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2015 - zero), para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - Sem característica de concessão de crédito" (nota 12 (b)).

b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Refere-se à provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 12 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2015 - zero).

13 Permanente

(a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2016	2015
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	192.077	174.962
Reservas de lucros	16.077	-
Resultado de participação em controlada no exercício	17.115	778
Prejuízos acumulados com equivalência patrimonial	-	(1.038)
Valor contábil do investimento	192.077	174.962

(b) Imobilizado de uso

	2016		2015	
	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada
Instalações, móveis e equipamentos de uso (1)	10%	46.395 (19.876)	26.519 (19.305)	30.373
Imobilizações em curso	-	1.792	-	-
Comunicação	10%	15.773 (14.258)	1.515 (13.309)	3.241
Processamento de dados	20%	7.573 (6.838)	735 (9.870)	2.152
Total		71.533 (40.972)	30.561 (26.098)	40.332 (35.766)

Durante o exercício de 2015, o Banco reconheceu uma perda no valor de R\$ 4.581 em contrapartida à rubrica "Resultado Não Operacional", principalmente em decorrência da baixa do valor contábil do imobilizado para o seu valor recuperável.

(1) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.534/16 e a Carta-Circular nº 3.791/16, os saldos relativos a gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros, no montante de R\$ 22.995, foram reclassificados para a rubrica "Imobilizado de uso - Instalações, móveis e equipamentos de uso". O saldo referente à constituição e reestruturação da sociedade, no montante de R\$ 131, foi baixado, no resultado do período, em contrapartida à rubrica "Resultado não operacional". Para fins de comparabilidade, os saldos em 31 de dezembro de 2015 relativos aos gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros, no montante de R\$ 26.205, foram reclassificados para imobilizado de uso.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração decidiu por otimizar a utilização do imóvel de terceiros, sede de seu escritório, e como consequência efetuar o distrato do aluguel de um dos andares, inicialmente previsto para encerrar em outubro de 2022, até então sublocado. Em razão da não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros na utilização do espaço, em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido a não recuperabilidade das benfeitorias do andar contabilizadas no montante de R\$ 8.292 em contrapartida à rubrica de resultado do período "Outras Despesas Administrativas - Depreciação e Amortização".

14 Depósitos

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	209.206	175.374
De 1 a 90 dias	35.089	-
A vencer após 360 dias	174.117	175.374
Depósitos a prazo	50.597	163.214
De 1 a 90 dias	-	21.680
De 91 até 360 dias	7.607	1.767
A vencer após 360 dias	42.990	139.767
Total de depósitos	259.803	338.588

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 171.154 (2015 - R\$ 172.775) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 21(a)).

Depósitos a prazo, representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes, contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 50.597 (2015 - R\$ 141.533) correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).

15 Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 535.768 (2015 - R\$ 1.232.939), sendo: (i) R\$ 144.971 (2015 - R\$501.062) correspondente a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria liquidadas em 2 de janeiro de 2017, sendo a totalidade (2015 - R\$118.061) referente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)); e (ii) R\$ 390.797 (2015 - R\$ 731.877) correspondente a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

16 Obrigações por Empréstimos

Em 31 de dezembro referem-se a empréstimos captados no exterior junto à Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, em dólar, como segue:

	2016		2015	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Captações em moeda estrangeira - USD	1.668.159	1.668.159	1.138.166	1.138.166
Total em reais equivalentes	1.668.159	1.668.159	1.138.166	1.138.166

17 Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 162.955 (2015 - R\$ 175.716), a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 54 (2015 - R\$ 59.305), e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 81.519 (2015 - R\$ 70.781).

No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.050 (2015 - R\$ 1.296) e a credores - contas liquidações pendentes no montante de R\$ 70.175 (2015 - zero). Em 31 de dezembro de 2015 referem-se também a contratos de opções a serem liquidados em 04 de janeiro de 2016, no ativo e no passivo, no montante de R\$ 1.561.449 e R\$ 374.529, respectivamente.

18 Outras Obrigações

(a) Sociais e estatutárias

Referem-se aos valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 70.000 (2015 - R\$ 70.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 10.500 (2015 - R\$ 10.500) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C.

(b) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016	2015
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	92.393	90.344
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	17.184	17.202
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.481	-
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	4.321	3.616
Total	122.379	111.162

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(c) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016	2015
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 21(a))	61.128	72.827
Provisão para despesas de pessoal	53.448	76.307
Provisão para outras despesas administrativas (1)	29.480	39.304
Credores diversos - país	6.229	7.922
Fornecedores a pagar	3.141	56
Provisão para passivos contingentes (nota 23 (a))	-	974
Total	153.426	197.390

(1) Refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações.

19 Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

(a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	239.535	239.535	341.678	341.678
Participação nos lucros	(4.351)	(4.351)	(4.255)	(4.255)
Juros sobre o capital próprio	(70.000)	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	165.184	165.184	267.423	267.423
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15% vigente até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015)	41.296	33.037	66.856	53.485
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	14.758	11.806	4.270	3.416
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	(1.814)	(1.451)	(49.775)	(39.820)
Diferenças permanentes	(4.648)	(3.227)	1.651	1.723
Diferença de alíquota da contribuição social - Lei 13.169/2015	-	-	-	(3.291)
Compensação de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	(15.062)	-	(7.068)	-
Compensação de base negativa de CSLL - não registrado contabilmente	-	(12.049)	-	(5.641)
Outros	1.542	950	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	36.072	29.066	15.934	9.872

A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos no montante de R\$ 51.330 (2015 - R\$ 50.192) e R\$ 41.063 (2015 - R\$ 40.152) respectivamente, são originados de ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 76.032 (2015 - R\$ 74.697) e R\$ 45.916 (2015 - R\$ 45.122), respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram registrados contabilmente, os quais serão quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendidos todos os requisitos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

Aplicações no mercado aberto

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)
 Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Investimento em controlada

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Instrumentos financeiros derivativos

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)
 Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)
 Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Valores a receber por negociação e intermediação de valores
 Goldman Sachs Internacional (4)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Outros valores a receber
 Goldman, Sachs & Co. (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Internacional (4)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

J. Aron & Company (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman Sachs (Asia) L.L.C. (4)

Goldman Sachs Japan Co., Ltd. (4)

Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (4)

Outros valores a receber de partes relacionadas (4)

Depósito a prazo
 Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman Sachs & Co. (4)

Depósito interfinanceiro
 Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Captações no mercado aberto
 Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Valores a pagar por negociação e intermediação de valores
 Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Goldman Sachs Internacional (4)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Juros sobre o capital próprio
 The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)

Outros valores a pagar (i)
 Goldman Sachs Chile Limitada (4)

Goldman Sachs Group & Companhia, S. de R.L. de C.V. (4)

Goldman Sachs & Co. (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

J. Aron & Company (4)

Goldman Sachs Paris Inc. et Cie (4)

Goldman Sachs Intl. Johannesburg (4)

Goldman Sachs Internacional (4)

Outros valores a pagar de partes relacionadas (4)

Empréstimos no exterior
 The Goldman Sachs Group, Inc (1)

Capital Social
 The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração
 Foram considerados pessoas-chave da Administração os membros do Comitê Executivo e/ou diretores estatutários que não fazem parte desse comitê.

	2016	2015
Benefícios	21.351	23.200
Salários	10.323	9.417
Encargos sobre folha	10.545	10.862
Plano de previdência privada	232	211
Benefícios referem-se, principalmente, a férias, décimo terceiro salário, participação sobre o lucro, gratificações e pagamento baseado em ações.		

22 Plano de Previdência Privada e de Incentivo de Ações

(a) Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco contribuiu com R\$ 2.265 (2015 - R\$ 2.318) para o fundo de previdência, dos quais R\$ 232 (2015 - R\$ 211) referem-se às contribuições relativas às pessoas-chave da Administração, conforme nota 21 (b).

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações Da The Goldman Sachs Group,

20 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2016, por 1.383.596.500 (2015 - 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, a Diretoria pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço. Não foram provisionados dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda, por deliberação da Diretoria, o Banco pode pagar ou creditar aos seus acionistas, individualizadamente, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. No exercício de 31 de dezembro de 2016, através da reunião de Diretoria de 27 de dezembro de 2016, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 70.000 (2015 - R\$ 70.000). O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 22.050 (2015 - R\$ 22.050), após a compensação do prejuízo fiscal.

(c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a prov

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Saldo ao final do exercício anterior	16.178	102.844	27.239	133.853
Outorgada (1) (2) (granted)	13.758	17.718	11.115	13.318
Prescrita (forfeited)	(1.820)	(1.347)	(109)	(995)
Entregue (3) (delivered)	-	(51.124)	-	(64.247)
Adquirida por direito (2) (vested)	(12.345)	12.345	(20.621)	20.621
Transferida entrada/saída (transfers)	(265)	(6.574)	(1.446)	294
Saldo ao final do exercício	15.506	73.862	16.178	102.844

	2016		2015	
	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)
Movimentação pela média ponderada:				
Saldo ao final do exercício anterior*	502,29	469,14	532,69	529,14
Outorgada (1) (2) (granted)	444,41	664,41	450,92	628,05
Prescrita (forfeited)	470,19	453,73	594,39	575,18
Entregue (3) (delivered)	-	459,04	-	498,84
Adquirida por direito (2) (vested)	483,22	483,22	540,19	540,19
Transferida entrada/saída (transfers)	476,38	482,37	558,97	340,58
Saldo ao final do exercício*	470,61	472,99	601,81	562,10

* O "saldo ao final do exercício" para o ano de 2015 difere do "saldo no final do exercício anterior" em 2016, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2016 ser diferente da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2015.

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 448,09 (2015 - R\$ 642,84). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,31% e 7,82%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 16.826 (2015 - R\$ 22.062).

(3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 492,61 (2015 - R\$ 696,42).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica "Despesas de pessoal" o montante de R\$ 3.515 (2015 - R\$ 33.588) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas".

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 11.729 (2015 - R\$ 15.255), registrado na rubrica "Despesas de pessoal".

Considerando o contrato de repagamento assinado em 30 de junho de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 56.922 (2015 - R\$ 68.056). Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 26.687 (2015 - R\$ 34.438).

23) Outras Informações

(a) Passivos contingentes e obrigações legais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2016, não há provisão para contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos (2015 - R\$ 974).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres emitidos pelos advogados externos responsáveis pela condução das ações totalizam R\$ 4.558 (2015 - R\$ 2.801).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa. Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutilização da CETIP no valor de R\$ 314 (2015 - R\$ 297); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.727 (2015 - R\$ 3.544); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 10.439 (2015 - R\$ 9.915); e (d) IRPJ relativo aos anos-calendários de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.329 (2015 - R\$ 7.055), atualizadas pela SELIC acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

(b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos ("CGD") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2016	2015
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (1)	308.640	387.016
Rendas de administração de fundos de investimentos (2)	5.650	11.382
Rendas de comissões de colocação de títulos	-	2.816
Rendas de corretagens de operações em bolsas	-	1
Total	314.290	401.215

(1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas às partes relacionadas no valor de R\$ 291.350 (2015 - R\$ 251.929), rendas de serviços de consultoria e assessoria financeira no valor de R\$ 20 (2015 - R\$ 116.661), e a receitas com taxas de clearing prestadas a ligadas no valor de R\$ 17.270 (2015 - R\$ 18.426).

(2) Rendas de administração de fundos de investimentos incluem R\$ 3.006 (2015 - R\$ 5.190) de receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2016	2015
Despesa de pessoal - Proventos	114.076	158.099
Despesa de pessoal - Encargos	61.056	61.224
Despesa de pessoal - Benefícios e treinamentos	15.317	15.141
Despesa de remuneração - Estagiários	988	939
Total	191.437	235.403

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2016	2015
Aluguel	19.223	25.059
Serviços do sistema financeiro	13.535	14.240
Depreciação e amortização	7.549	20.305
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	6.368	3.188
Serviços técnicos especializados (1)	5.139	22.732
Viagens	4.308	7.761
Processamento de dados	4.050	3.903
Serviços de terceiros	3.268	2.878
Promoções e relações públicas	3.092	1.190
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.047	4.911
Seguros, vigilância e segurança	756	892
Despesas de contribuições filantrópicas	-	333
Outras despesas administrativas	5.933	8.974
Total	76.268	116.366

(1) Em 31 de dezembro de 2015, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas no valor de R\$ 8.887.

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2016	2015
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	15.545	19.741
Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/CIDE	22.465	23.569
Despesas tributárias - IOF	301	476
Total	38.311	43.786

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 35.453 (2015 - R\$ 46.455) e a reversão de provisões constituídas em exercícios anteriores no montante de R\$ 11.369 (2015 - R\$ 1.760).

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, às despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 33.468 (2015 - R\$ 42.745).

(i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 5.548 (2015 - R\$ 6.659), (iii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais" para terceiros no montante de R\$ 1.483 (2015 - R\$ 3.137), e (iv) em 31 de dezembro de 2015, reconhecimento de despesa resultante do inventário físico conduzido durante o exercício de 2015, em contrapartida da rubrica contábil de Imobilizado de Uso, no montante de R\$ 4.581.

(j) Plano de benefícios a funcionários

Em 25 de junho de 2015, foi emitida a Resolução nº 4.424, que regulamenta o registro contábil e a evidencição de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A adoção da referida regra ocorreu em 1º de janeiro de 2016, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (CPC 33), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 07 de dezembro de 2012.

A Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício de 2016.

(k) Limites Operacionais

(a) Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia apurado de acordo com os diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 24,87% (2015 - 19,78%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.381.820 (2015 - R\$ 1.268.905). O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 é de 2,22% (2015 - 0,78%).

DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Paulo Carvalho Leme**

Antonio R. G. P. da S. Pereira
C Douglas Fuge

Daniel Motta C. Silva
Fernando P. Vallada

Gersoni A. F. M. Munhoz
Juliano Meira Campos Arruda

Kathia Aparecida Autuori
Silvia Regina Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso
CRC 15P240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 15P127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo

Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência

relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram considerados adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 10 de março de 2017